



# As bibliotecas comunitárias como espaços de documentação popular

**Gabrielle Francinne de S. C. Tanus**

Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Docente do Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0229537475582012>

[gabrielle.tanus@ufrn.br](mailto:gabrielle.tanus@ufrn.br)



**Marcus Victor Siqueira Josué Gomes**

Mestrando em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8123400661941920>

[marcvictor1211@gmail.com](mailto:marcvictor1211@gmail.com)

Submetido em: 05/08/2024. Aprovado em: 10/03/2025. Publicado em: 04/09/2025.

## RESUMO

Nascem no seio da comunidade as bibliotecas comunitárias, as quais são fruto da necessidade, demanda, desejo e concretização da própria comunidade. A ausência ou o afastamento dos equipamentos públicos nas comunidades brasileiras, a começar pelo distanciamento das bibliotecas públicas, estas sim criadas e mantidas pelo poder público, tem movimentado a criação, justamente, das bibliotecas comunitárias ou populares. Outra movimentação contrária ao *status quo* dominante envolve a 'documentação popular', um conceito utilizado décadas passadas que tem caído no esquecimento da produção científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Assim, este trabalho visa discutir o envolvimento das bibliotecas comunitárias e a documentação popular, localizando tais bibliotecas como espaços potentes para os então chamados Centros de Documentação Popular. A pesquisa se classifica como exploratória e bibliográfica, mobilizando os principais autores acerca das temáticas. Consideramos que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação não podem se furtar de suas responsabilidades sociais e nem deixar que conceitos que revelam o viés crítico e progressista da área caiam no esquecimento.

**Palavras-chaves:** centro de documentação popular; bibliotecas comunitárias; biblioteconomia social; movimento popular.

## INTRODUÇÃO

A capacidade de constituir classes e indivíduos enquanto força popular - esta é a natureza da luta política e cultural: transformar as classes divididas e os povos isolados - divididos e separados pela cultura e outros fatores - em uma força cultural popular-democrática (Hall, 2003, p. 291).

Para iniciar nosso texto, o/a leitor/a poderia se perguntar: Qual a relação entre as bibliotecas comunitárias e os centros de documentação popular? A nosso ver, tais temáticas se revelam em conceitos potentes e resistentes de uma “Biblioteconomia Social”, que se volta prioritariamente para as pessoas, para a comunidade em movimentos de construção crítica da estrutura social, que se revela entre tantas formas de opressão. A Biblioteconomia é um dos campos das Ciências Sociais, então, se para alguns essa adjetivação seria redundante e desnecessária é preciso compreender a sua história, que é marcada mais por preocupações de cunho técnico (e no território da organização enquanto mera prática), do que pelo lado humano da apropriação da informação e da construção cultural (ou mesmo de uma organização que dialogue com toda a complexidade sociopolítica). A dimensão social e política da Biblioteconomia não é também o seu traço identificador, embora tal dimensão tem ganhado cada vez mais força, diante da insatisfação que vem emergindo das pessoas bibliotecárias, ainda como exceção de um todo mais complexo. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação, campos científicos do conhecimento distintos que possuem estreita relação, são marcadas historicamente pelo conservadorismo:

[...] tanto uma como outra atrelaram seus interesses e fazeres a concepções que repudiam o novo, que repudiam as propostas de mudanças. Quando as aceitam, o fazem de maneira a alterar apenas o superficial, em uma aparente transformação, embora o cerne, o âmago permaneça o mesmo (Almeida Júnior, 2015, p. 133).

Essa crítica aos campos (ou área da *Library and Information Science*) é deveras importante para compreendermos o espaço formativo que passa pela pesquisa e o ensino concedido aos temas críticos e progressistas, entre eles, o da biblioteca comunitária e o dos centros/documentação populares. Tais instituições, bibliotecas e centros de documentação (sem as adjetivações, comunitária e popular), também conservam uma história em seus acervos que tendem a privilegiar um patrimônio e memória que não é a da classe popular. Mais uma vez convocamos a acertada fala de Almeida Júnior (2015, p. 133):

O conhecimento preservado pelas bibliotecas, assim, é o conhecimento das elites, o conhecimento dos dominadores, o conhecimento dos excludentes. O que não significa, evidentemente, que as classes populares não construam conhecimentos.

Tal materialidade presente nos acervos das bibliotecas muitas vezes comprado e doado são os conhecimentos registrados daqueles sujeitos que fazem parte e fortalecem o círculo de poder da cultura letrada.

Os centros de documentação que também têm sua razão de existência revelam uma preocupação com os documentos – registros do conhecimento – voltados para uma classe social, que produz e mantém instituições para preservação, organização e disponibilização dos documentos. Historicamente são vinculados às instituições especializadas na área de ciência e tecnologia, inclusive frutos de uma dissonância com as bibliotecas que se voltaram para os livros enquanto documentos centrais e para um atendimento mais geral da população. Camargo (2022) pontua que os centros de documentação que se manifestaram no Brasil, a partir da década de 1970, possuíam o intuito de atender uma demanda de informação especializada. Dentro desse contexto, de discurso desenvolvimentista, de atenção à informação científica e tecnológica, localizado no governo ditatorial, crescem as bibliotecas especializadas, os centros de documentação de informação, mingam as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, estas até hoje nem chegaram ao seu apogeu.

Dentro do contexto de repressão, violência, censura, mortes e destruição de documentos, nascem os Centros de Documentação Popular, associados aos movimentos sociais, associações, grupos e coletivos que se opõem ao regime ditatorial imposto pelos militares e apoiado civilmente no país. Com a criação da documentação popular, essa movimentação se configura como “antítese da documentação”, que se colocava como registro neutro e apolítico (Rocha, 1994, p. 8). A produção documental dos saberes populares, ou mesmo a produção ainda por se construir, historicamente, também não se faz presente nas bibliotecas e nos arquivos, destaca Andrade (1991). Tais saberes alternativos ou não-oficiais, silenciados pelas instituições oficiais dão espaço para a constituição da “informação popular” como foco dos Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPCC) ou Centros de Documentação Popular (CDP). E, tal movimentação não contou com a ajuda da Biblioteconomia, da Documentação e da nascente à época Ciência da Informação:

A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque claro e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foram considerados um instrumento fundamental para a mudança social (Rocha, 1994, p. 8).

Apesar da potência social dos centros populares de documentação, percebemos que eles têm perdido espaço na sociedade, o número de centros com essa designação é

rarefeito ou quase nada pesquisados<sup>1</sup>. Por outro lado, a comunidade vem mobilizando uma outra forma institucional que se ocupa com a informação, o conhecimento e a comunicação que são as bibliotecas comunitárias, as quais são criadas pelo e para os populares (pelo povo que não faz parte de uma classe econômica que se beneficia da desigualdade social e conforma uma elite dominante). Importante salientar que, a compreensão descritiva o que é do povo é popular, é uma visão pouco complexa, como reforça Stuart Hall (2003). A problemática das condições sociais e materiais, de uma classe localizada historicamente, precisa sobressair. Assim, a classe popular é aquela que se movimenta numa direção contrária da classe dominante que se mantém no campo de forças e relações de poder, e nessa dialética da luta cultural a materialidade dos documentos é importante para a construção de uma outra memória e história, que, materialmente, estaria se movimentando contra a dominação cultural.

Dito isso, mais uma vez, na história da Biblioteconomia, o protagonismo da criação das instituições (bibliotecas e centros populares) não parte de seus profissionais. E, por sua vez, acabam ausentes destes espaços de atuação profissional, como apontou Carvalho (1999), quanto aos Centros de Documentação Popular. Com as bibliotecas comunitárias, a realidade não difere, os bibliotecários também estão ausentes dessa oportunidade política de trabalho. Decerto, podemos ainda compartilhar da assertiva de que a Biblioteconomia é tradicional, conservadora, retrógrada, excludente, com notas de neutralidade e imparcialidade, travestida de objetividade e racionalidade. A “virada social” enquanto uma mudança profunda e epistemológica já vem dando traços de modo pulverizado, marcando pesquisas e pessoas, não sendo ainda um traço definidor de aproximação de um coletivo que compartilha dessa corrente de pensamento que classifica essas “Outras Biblioteconomias” (Tanus; Silva, 2019), dentro de adjetivações como social, crítica, progressista, militante, alternativa, etc.

Dito isso, as bibliotecas comunitárias e os centros de documentação popular nascem pelas mãos das classes populares, que desejam uma mudança social transformadora capaz de superar as mazelas impostas pelo sistema capitalista e neoliberal a que estamos submetidos. E, seguindo essa direção, objetivamos defender as aproximações entre tais instituições e como elas precisam se fazer presentes nos discursos e nos fazeres da classe biblioteconômica.

## **Bibliotecas comunitárias são bibliotecas populares: espaços de resistência**

O Brasil foi ‘inventado’ de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos (Freire, 1989, p. 21).

---

1 Se nas pesquisas da década de 1990 são apontados números daquela época, a falta de produção atual desde então inviabiliza estimar quantitativamente a existência dos centros de documentação popular. Rocha (1990) localizou seu estudo no Serviço de Documentação e Informação Popular, de Recife. Andrade (1991) informa a existência à época de 282 centros, tendo empreendido uma pesquisa com eles. Carvalho (1999) também empreendeu na sua dissertação estudo dos Centros de Documentação Popular presentes em Recife. Rosa (2009) apresenta a discussão realizada em seu trabalho de conclusão quanto à formação do Centro de Documentação Popular, em Uberlândia, Minas Gerais.

Ao falarmos das bibliotecas comunitárias, que são espaços de resistência por enfrentarem às desigualdades sociais e trilharem o caminho da emancipação social, precisamos nos remeter às remotas experiências de bibliotecas que também se debruçaram sobre o desejo de aproximar livros e classes populares, ou seja, precisamos falar das experiências de bibliotecas populares. Nesse sentido, na cidade de Recife, foi planejada, pelo Departamento de Estatística, Propaganda e Turismo, da época, em 1944, uma rede de bibliotecas populares, segundo Edson Nery da Fonseca (1957). Dando origem, então, em 1949, à Biblioteca Popular da Encruzilhada; em 1950, a Biblioteca Popular de Santo Amaro; em 1952, a Biblioteca Popular de Casa Amarela; e em 1954, a Biblioteca Popular de Afogados.

Concomitantemente, outras bibliotecas populares foram surgindo no território brasileiro. As bibliotecas populares dos municípios do Distrito Federal foram criadas, por lei, em 1949, mas somente, em 1952, se concretizam suas instalações, entre elas: as bibliotecas populares de Campo Grande, Méier e Penha. No Rio de Janeiro, em 1954, as bibliotecas populares de Copacabana e da Gávea foram criadas; já em 1956, no bairro do Botafogo, também foi instalada uma biblioteca popular (Fonseca, 1957). Essas foram as primeiras experiências de bibliotecas ditas populares com o uso do termo expresso.

Na perspectiva de uma pedagogia libertária, com vistas à emancipação social do sujeito, Paulo Freire discorre acerca da importância da Biblioteca Popular no enfrentamento aos discursos dominantes, que atingem as camadas populares. Freire (1989) sugere que essas bibliotecas devem retomar os saberes do povo, interagindo, dialeticamente, com essas memórias, como forma de potencializar o aprendizado acerca da leitura do mundo: a crítica de um mundo opressor e desigual. O autor critica a posição elitista da tradição massificante: o conhecimento que não dialoga com os populares, se impõe e não tece; não se preocupa com as lutas, as memórias, as conquistas do povo, ao contrário, relegam esses aspectos ao esquecimento, em nome do domínio, do *status quo*.

Portanto, a biblioteca popular, semelhante à pedagogia libertadora, contraria a biblioteca tradicional - alheia às transformações sociais -, ou seja, a “posição crítico-democrática” das bibliotecas populares é fundamental na relação do sujeito com a informação, pois oferece abertura dialética para compreensão ampla da realidade, as opressões do mundo, a fim de problematizá-la, a partir da leitura do mundo e da palavra (da palavra-mundo). Freire (1989, p. 20) afirma que:

A biblioteca popular, como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto. Daí a necessidade que tem uma biblioteca popular centrada nesta linha se estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica.

Retomando o pensamento de Freire (1989) percebemos que a biblioteca popular se desenvolve a partir de premissas que promovem o protagonismo dos indivíduos, tornando-os sujeitos históricos, como: inclusão, democracia, criticidade, acolhimento, complexidade, entre outras. As bibliotecas populares, então, nascem no seio dos movimentos sociais,

que reivindicam, entre diferentes questões, o acesso à informação, à educação e à cidadania, ou seja, são lutas que se constituem pelas vias da educação popular (Rodrigues; Serafim; Silva, 2023, p. 216).

Paulo Freire, em parte de suas obras, fez uma crítica voltada a um tipo de educação, a educação bancária<sup>2</sup>, que enxerga o estudante como depósito de informações; nesse sentido, a biblioteca tradicional também reproduz esses termos: trata-se de uma unidade depositária de “silenciosos livros”, cujo acervo não representa as demandas dos oprimidos, não fala com eles, não possibilita a construção do diálogo e da crítica. As bibliotecas populares, portanto, reverterem o jogo, sendo espaços formativos potentes para o questionamento das hegemonias políticas e econômicas. Na biblioteca popular, os usuários não são sujeitos passivos, mas protagonistas; eles estão construindo a biblioteca com as pessoas, e, conseqüentemente, seus serviços, produtos, acervos. São integrantes da comunidade e da biblioteca que a constrói diariamente a partir de seus usos e intenções.

Eduardo Maranon (1990) sugere distinções entre a biblioteca popular e a biblioteca pública (tradicional), sendo a primeira uma resposta histórica à contradição social desencadeada pela segunda, uma vez que a implementação das bibliotecas públicas deve ser entendida como uma concessão às camadas médias e não populares. Essa perspectiva é reforçada por Odília Rabello (1987, p. 23): “foi na classe média tradicional e na nova classe média que a biblioteca encontrou o seu público, já que, para eles, a educação era um ponto-chave, inclusive de ascensão social”. Segundo a autora, que traça uma análise semelhante à de Eduardo Maranon, “a educação destinava-se a uma elite e a biblioteca seguiu a mesma tendência”. Além disso, a classe dominante brasileira, com vistas na manutenção do poder, deu ao liberalismo brasileiro, em partes inspirada pelo do europeu, tons conservador e retrógrado; por sua vez, a biblioteca pública, ligada, ideologicamente, ao poder dominante, tornou-se mais um espelho dessa contraditória realidade, “opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia” (Rabello, 1987, p. 25).

Segundo Maranon (1990), no Brasil, as bibliotecas públicas se estabelecem sob um caráter segregacionista, uma vez que serviu de cabide de emprego para as classes médias, possuíam suntuosas instalações, em muitos casos, e coleções bibliográficas em maiores quantidades, além de se localizarem nos bairros mais ricos - o que se percebe até hoje.

---

2 Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação (Freire, 1989, p. 33).

Aspectos esses que dificultaram o acesso e a apropriação da leitura por parte das camadas marginalizadas. Décadas após este relato, é preciso esclarecer ainda que o poder público insiste em sucatear as bibliotecas públicas, com a ausência de concursos públicos para os profissionais especializados que são os bibliotecários, além de não investir recursos na infraestrutura que passa pelo mobiliário, pelos acervos, pelas reformas. Isso tudo ocasiona um progressivo afastamento da população, que não vê naquele espaço nas suas poucas horas de lazer uma opção para passear e/ou permanecer.

Os desafios sociais, portanto, se tornam cada vez mais urgentes em uma sociedade, continuamente contraditória e desigual (em nosso caso, expressa também pela tradição biblioteconômica) que sufoca parte de sua população, marginalizada do acesso aos direitos básicos da vida. Sendo assim, como reação a esses desmandos, as classes populares começaram a utilizar seus próprios equipamentos de cultura, a exemplo das bibliotecas populares, que aparecem como instrumento de emancipação social desses indivíduos, oprimidos cotidianamente. A respeito desse conflito, Maranon (1990, p. 29) nos diz:

Uma instituição como a biblioteca pública, surgida no discurso liberal idealista e simplista que a considera como instrumento de nivelção social, e que contraditoriamente, apesar de suas propostas universais, deixa de lado o grosso da população, fica perplexa frente a uma outra biblioteca que trata de ganhar este espaço vazio.

Ao longo dos anos, sobretudo, com a virada do século vinte e um, a terminologia popular foi sendo menos trabalhada academicamente (por uma questão de combate a uma influência marxista e marxiana), e um novo termo na Biblioteconomia foi introduzido, o de comunitário, embora o termo já fora antes, esporadicamente, utilizado, como aponta Almeida Júnior (1997). Tal substituição paulatina inclusive é mais um dos reflexos do conservadorismo da área, que insiste em apagar a força do termo popular, e que marcou um momento de lutas e de oposição na historiografia brasileira. Sendo, para o autor, comunitário, algo que poderia ser também redundante, pois pressupõe que toda biblioteca deveria ser comunitária (Almeida Júnior, 2015), advogando a favor do uso de bibliotecas populares com forte expressão social, política e histórica do termo.

Atualmente, o conceito de biblioteca comunitária ganhou novas dimensões, através das experiências contemporâneas, se caracterizando a partir de aspectos específicos, os quais acreditamos que estão pontuados no trabalho escrito por Elisa Machado (2009):

- a) uma biblioteca criada pela e não para a comunidade, a partir da ação cultural;
- b) a noção de combate à exclusão informacional, como forma de enfrentamento da desigualdade e injustiça social;
- c) participação efetiva da comunidade e forte vínculo com a comunidade;
- d) se situa em localidades de periferias brasileiras;
- e) e não são instituições governamentais, ou com vinculação direta aos municípios, estados ou federação.

Em suma, as bibliotecas comunitárias se caracterizam por um trabalho social muito forte, com vistas à conscientização e emancipação dos indivíduos, desempenhado por atividades culturais diversas, com a integração da comunidade local, apoiado ou não por instâncias públicas e/ou privadas, ainda assim mantendo sua autonomia organizacional. São espaços onde são produzidas e potencializadas memórias, lutas e conquistas dos de baixo para os de baixo. O envolvimento da comunidade com a coisa pública, no caso a biblioteca, torna-se um traço definidor de sua participação política na *pólis* em prol das pessoas que compartilham das vivências e experiências de um tempo-espaço.

### **Centros de documentação popular: retorno de um conceito**

“A contradição social é o tema prioritário a documentar” (CPV, 1985, p. 7).

Os Centros de Documentação Popular são criados a partir da movimentação produzida pelos movimentos sociais, o que dá origem aos “documentos populares”, em um contexto histórico marcado por Ditaduras, seja no Brasil ou na América Latina. Ademais, a “teologia da libertação”, um movimento sócio-ecclesial surgido em 1960, teve sua importância para a criação dos centros de documentação popular e dos “documentos alternativos” (Araújo, 1997), que se preocupava com os pobres, oprimidos, visando a sua libertação do sistema opressor, estando ao lado deles. Na década seguinte, 1970, as organizações sociais desvinculam-se das igrejas e passam a realizar ações de desenvolvimento político e social. Neste momento, profissionais ligados à universidade e partidos políticos de esquerda se unem a essas organizações não-governamentais (Araújo, 1997).

No país, o documento norteador para os Centros Populares foi traduzido do espanhol e publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV) em 1982, com o título “Definição e o conteúdo da Documentação Popular”, que, posteriormente, lançaria uma série intitulada “Série Documentação”

[...] cujo objetivo seria enfocar a importância do papel e do trabalho da documentação produzida pelos movimentos sociais bem como difundir a produção de conhecimento elaborada na América Latina sobre o tema nesse período” (Camoleze; Cavalcante; Rodrigues, 2019, p. 186).

Em geral, os centros de documentação popular são instituições cujo objetivo é reunir e organizar as produções documentais originárias dos setores populares (movimentos, grupos, associações), além de também produzir e/ou reunir e organizar informações sobre e para estes setores, visando sua ampla comunicação, em uma perspectiva de transformação das estruturas de dominação (Andrade, 1991, p. 24).

Decompondo cada palavra do conceito “Centros Populares de Documentação e Comunicação”, Andrade (1991) expõe que: são *centros* por reunirem em um só local os acervos e as atividades que constituem a razão de ser; *populares* porque envolve uma

classe social antagônica aos propósitos da classe dominante; *documentação* porque advém da produção intelectual (de qualquer forma) que garanta a possibilidade de compor uma historiografia; *comunicação* porque os centros não se contentam em guardar e preservar, mas fundamentalmente com o processo de tornar acessível.

Além da reunião, organização, disponibilização de documentos que são atividades básicas de um centro de documentação, constituindo uma “memória documental” de um determinado grupo, Almeida Júnior (1997, p. 58) acrescenta que cabem aos centros “propiciar espaços e incentivar a organização da população, para debates, discussões e defesas de seus interesses”. Essa atividade confere ainda mais protagonismo para os sujeitos que, a partir dessa organização coletiva, podem juntos debater e construir outras formas de resistência e sobrevivência diante do sistema. As necessidades, demandas, anseios, partem de dentro da comunidade e se revelam em ações do centro (de documentação e do centro de pessoas), e não ações externas que poderiam ser de interesse da comunidade. A força é de dentro para fora, e não o contrário, de algo externo que vem como se fosse satisfazer as necessidades da população.

Os documentos populares são oriundos da produção dos movimentos sociais, que são fenômenos culturais localizados no tempo e no espaço. Desse modo, os documentos possuem valor cultural não só plasmados no suporte por meio do registro da informação, como também dizem muito sobre o espaço-tempo em que estão inseridos. Como reforçam os autores, “documentos produzidos pelos movimentos sociais são registros de suas atividades e do funcionamento ideológico, social, político e cultural do movimento” (Camoleze; Cavalcante; Rodriguez, 2019, p. 188). Portanto, os

[...] documentos populares não apenas informam e formam os movimentos sociais, carregam consigo uma construção cultural do meio onde são produzidos, podendo ser considerados como mecanismo para a transformação social (Camoleze; Cavalcante; Rodriguez, 2019, p. 189).

Diante dessas compreensões da atuação e da importância dos centros de documentação popular, outra dimensão nos chama a atenção que já estava sendo trazida à luz, pelas discussões acerca da documentação popular, a desinformação. O documento de 1981, produzido pelo Centro de Documentação Uruguaio América Latina (CEDUAL) e publicado em 1985, pelo Centro de Pastoral Vergueiro (CPV), no volume 3, da Série Documentação, explicita que: “A Informação dos Setores Dominantes é “Desinformação” para os Setores Populares”. O documento se atém para as três formas de desinformação através dos meios de comunicação: “1) não informando; 2) mentindo, velado ou escandalosamente; 3) informando de forma insuficiente os fatos que acontecem” (CPV, 1985, p. 2). A discussão sobre o controle da informação e o entendimento dela como instrumento de poder e controle social para “encobrir uma realidade em que se vive” permanece tão atual e tem pululado

em produções contemporâneas da Ciência da Informação. Nesse sentido, “em lugar de ser veículo de libertação, a documentação tem sido um meio a mais de manipulação dos setores populares” (CPV, 1985, p. 2).

Fato que a dificuldade do acesso à informação não é a mesma que décadas passadas, não estamos na década de 1970, 1980, 1990 - períodos marcados por elevadas taxas de analfabetismo e desigualdade do acesso às tecnologias digitais - mas, também, não podemos dizer que o acesso mais facilitado da instaurada “sociedade da informação” garantiu nossa localização em sociedades mais justas e democráticas. A lógica da informação como instrumento de poder e controle permanece, ainda mais escamoteada pela classe dominante que agora controla plataformas digitais, com pitadas de benevolência e sentimento de que todos podemos criar conteúdos. O impacto do controle e uso da informação para fins de dominação é ainda maior porque hoje o impacto da informação digital atinge milhares de pessoas em poucos instantes.

Alguns problemas persistem, o da desinformação é um desses, ao lado da dificuldade em manter e criar centros de documentação popular. Em síntese, para que a documentação popular seja uma ferramenta no processo de educação e organização popular, seguem algumas metas:

- a) responder às necessidades concretas das tarefas e lutas populares;
- b) auxiliar no reconhecimento da classe e da situação de dominação;
- c) ser veículo de organização dos setores populares;
- d) como uma das formas de tornar acessível o conhecimento para os setores populares;
- e) como agilizador da participação popular (CPV, 1985, p. 4-5).

Vejam que não há como dissociar a documentação popular de uma luta social, política, cultural, econômica, da informação (e de uma informação, só plasmada no contexto analógico). Se para os incautos a documentação poderia ser algo neutro e apolítico, embora esse seja o discurso para escamotear segundas intenções, para as classes populares que trabalham com a informação e documentação, ela jamais passaria por essas valorizações positivistas e a-históricas. Se, anteriormente, o grande foco estava na documentação e informação social e popular, na materialidade dos registros, os Centro de Documentação e Comunicação Popular, que têm essa função precípua, ampliaram ainda mais seus caminhos de atuação, articulando áreas da Cultura, Educação, Comunicação e Informação popular, bem como o público-alvo: “crianças, adolescentes, jovens e segmentos historicamente marginalizados da população, exerçam a sua cidadania”, “numa perspectiva de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária” (CECOP, *online*).

Hodiernamente, a partir desse exemplo em funcionamento de um Centro de Documentação e Comunicação Popular, que mantém esse nome, vemos que há uma resignificação do popular, para além do entendimento de classe trabalhadora, por exemplo. Pois, vemos crianças, adolescentes e jovens não estariam nessa classificação, mas um esgarçamento do popular para todos que não estariam em uma elite econômica, que, por

meio, da violação de direitos diversos se fortalece a custas e detrimento da classe excluída e marginalizada das ações, projetos e políticas públicas. Por fim, sobre o termo “popular” é essencial reiterar que há múltiplas acepções, daí que devemos compreender a partir das forças e relações de poder contrárias a uma classe dominante, que fundam a cultura popular como:

um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência (Hall, 2003, p. 291).

Quer dizer, é preciso conceber a luta popular uma estreita relação com a resistência, com a contrariedade ao poder dominante, ao invés do conformismo, ocasionando pelo sentimento populista de consentimento, que também abarca o sentido do popular - “uma força populista eficaz, que diz “sim” para o poder” (Hall, 2003, p. 263).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos (Freire, 1980, p. 28).

A Biblioteconomia, como um campo que acolhe e constrói conhecimentos voltados para a vida social, não é algo estanque, ela vem se modificando ao longo de sua trajetória, e também não se manifesta da mesma forma em todos os países, sequer em regiões brasileiras. São muitas as Biblioteconomias, o que demonstra a potência reflexiva e prática daqueles que as fazem, e como construção social e cultural estão também as bibliotecas e os centros de documentação popular, que revelam uma crítica profunda da nossa estrutura social e científica. Caberia às pessoas envolvidas nas instituições sociais (criadas ou não pelo Estado) descortinar os modos diversos de opressão e violência em que a maioria da população brasileira se encontra. O processo de diálogo, de conscientização do *ser mais*, como dizia Paulo Freire, deveria encontrar morada nas ações das bibliotecas e dos centros de documentação.

Contudo, não é esse compromisso social com as classes populares que marca a história das bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação. As bibliotecas comunitárias e os centros de documentação popular, portanto, são criações que expõem a insuficiência do poder público para com as comunidades populares. Ademais, de serem uma concretização da população, ou melhor, das classes populares que não se sentem protegidas e acolhidas pelo Estado, fazendo com que se organizem e dando vida aos projetos coletivos e com impactos sociais. Tais instituições populares têm como cerne a concepção emancipadora dos sujeitos, que se faz por meio do acesso e da criação dos bens culturais

materiais e simbólicos. Decerto, não apenas no plano individual dos sujeitos, mas também de um coletivo, de um grupo e classe que almeja a transformação social. Como chama atenção Cida Fernandez (2002, p. 76):

É importante dizer que boa parte das pessoas que atuam nas bibliotecas comunitárias o faz de forma voluntária. Nós bibliotecárias e bibliotecários podemos nos aproximar para ajudar a construir possibilidades, inclusive de que essas bibliotecas se fortaleçam, atuem em redes e consigam garantir o pagamento de um profissional. Mas precisamos ajudar a construir a possibilidade. Temos que lutar por políticas públicas, para podermos ter biblioteca na escola, ter bibliotecas comunitárias reconhecidas e para ter bibliotecas públicas. Não adianta só reclamar, só reivindicar nosso espaço. Temos também que garantir, lutando por esse espaço com coerência e com engajamento.

As bibliotecas comunitárias podem ser uma extensão dos auspícios revolucionários das bibliotecas populares, uma vez que “são iniciativas da sociedade civil para preencher um espaço que o Estado não ocupa, que é garantir o direito à cultura letrada, o direito humano ao livro, à leitura e à literatura” (Fernandez, 2022, p. 64), desde que retomem o legado da pedagogia libertadora, tanto defendida pela educação popular freireana. Assim sendo, podem se transformar em espaços acolhedores dos Centros de Documentação Populares, cuja intenção envolve, grosso modo, a organização e a apropriação da informação por parte dos sujeitos, em nome do protagonismo social da comunidade.

As bibliotecas comunitárias podem constituir nesses espaços democráticos de produção, guarda, organização, disseminação, mediação, e mais que isso: espaço de construção da documentação popular, que décadas atrás se faziam mais presentes institucionalmente. A biblioteca popular (ou comunitária) não se ocupa exclusivamente de livros que, mormente, fazem parte de um acervo, o que não é, obviamente um problema, sendo o livro um instrumento de transformação social, a questão é que outras materialidades também poderiam se fazer presentes (outras informações, outros documentos, outros serviços). As produções sociais, culturais, artísticas são acolhidas nos espaços de memória, de cultura e de informação que são as bibliotecas, que para além de guardar colocam no centro a democratização da disseminação para fins de apropriação consciente dos sujeitos com vistas a refletirem sobre as suas condições sociais, passando pela leitura contextualizada do mundo.

Acreditamos que, por meio de seus profissionais conscientes de seu papel social (*bibliotecários-políticos*, conforme Meneses-Tello(2019), eles podem fomentar a organização e a criação de outros documentos que sejam do interesse e demanda de sua comunidade com ela, bem como fomentar a consciência crítica dos sujeitos por meio de ações diversas de mediação da informação, da cultura e da literatura. Essa conscientização passa pelo entendimento do contexto em que vivem, das realidades opressoras e desiguais acirradas pelo sistema capitalista. A produção de informação para a produção do conhecimento encontra abrigo nas bibliotecas, e, quem sabe, dentro delas, possamos falar de serviços de informação e documentação popular.

E, dentro das lutas paradigmáticas da Biblioteconomia, a “virada social”, que se delinea, revela a potencialidade de uma mudança e um compromisso da Biblioteconomia em outro espaço que não mais exclusivo da manutenção de uma ordem, em manter as coisas como estão. Por isso, é preciso acompanhar os movimentos e girar, virando para o social, encantando-se com as pessoas e fortalecendo as comunidades (Tanus, 2023). Almejamos que, esse dossiê organizado com a temática da Documentação Popular, possa acrescentar a produção acadêmica não apenas pontualmente, do quando de sua publicação, mas abrir caminhos para novas reflexões e possibilidades de trabalhos futuros para que o tema da Documentação popular não seja algo do passado e estranha a nossa área.

Por fim, sabemos da importância dos eventos em projetar luz às temáticas e tendências de pesquisa, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), de 1982, realizado em João Pessoa, que teve como um de seus palestrantes Paulo Freire, com o tema central “Bibliotecas e Educação Permanente”, no contexto de forte discussão aproximação da Educação e Biblioteconomia. A professora Eliany Araújo (1997, p. 1) em outro evento, 15º Painel Biblioteconomia, em Santa Catarina, destaca o protagonismo social do Curso de Mestrado em Biblioteconomia (1977-1995), da UFPB, o qual estava vinculada e voltava para suas pesquisas e extensão para a dimensão da “informação na transformação sócio-econômica (sic) de comunidades de baixa renda e o papel dos centros de informação popular nestes contextos sociais”. Mais recentemente, o CBBB, realizado em 2017, teve como um dos eixos temáticos a presença do termo “Biblioteconomia social”, que fomentou o uso do termo e que impactou nos estudos métricos que buscam aferir a presença do termo (Tanus; Silva, 2019).

Contudo, apesar da forte presença das discussões sociais nos eventos da Biblioteconomia, sendo inclusive uma de suas marcas, o uso do termo “Biblioteconomia social”, vem deixando de ser utilizado nos eixos e/ou nas ementas do CBBB, o que impacta o fortalecimento das discussões e produções a partir de um conceito potente e crítico. Diante disso, ressaltamos que tais usos precisam se manter na área, não devendo ser tratados como modismo ou frutos de um tempo passado, assim, quem sabe a documentação popular, biblioteca popular, biblioteconomia social, crítica e progressista possa ter uma vida mais sedimentada e longa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. Centros de documentação popular. *In*: ALMEIDA JÚNIOR, O. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. p. 58-60.

ALMEIDA JÚNIOR, O. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ANDRADE, A. Novas possibilidades em informação popular. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 23-41, jan./jun. 1991.

ARAÚJO, E. Centros de informação popular e o bibliotecário. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 17-23, 1997.

CAMARGO, C. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória. **Universidade Estadual Paulista**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/561/centros-de-documentacao-e-pesquisa-historica-uma-trajetoria/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CAMOLEZE, J.; CAVALCANTE, L.; RODRIGUEZ, S. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v.18, n. 36, p. 181-190, jul./dez. 2019. DOI 10.18226/21782687.

CARVALHO, L. O bibliotecário e o mercado da documentação popular: CPDCs. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR. CECOP. Homepage. **Prosas**. Disponível em: <https://prosas.com.br/empreendedores/24972#:~:text=O%20Centro%20de%20Documenta%C3%A7%C3%A3o%20e,do%20Rio%20Grande%20do%20Norte>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. CPV. **Definição e conteúdo da documentação popular**. São Paulo: CPV, 1985. v. 3. (Série de Documentação). Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/dossies/SerieDoc3.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FERNANDEZ, C. Bibliotecas comunitárias: resistência cultural pelo direito à leitura. **Revista Eletrônica da ABDF**, Distrito Federal, v. 6, n. 1, p. 61-81, jan./jun. 2022.

FONSECA, E. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 107 p.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. *In*: HALL, S.; SOVIK, L. (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247-264.

MACHADO, E. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976/2097>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MARANON, E. **A contradição da biblioteca pública**: a biblioteca popular. 1990. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1990.

MENESES-TELLO, F. A biblioteca pública como instituição política: a correlação entre bibliotecário público e bibliotecário político. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 905–940, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.24669.

RABELLO, O. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 19-42, 1987.

ROCHA, M. Documentação popular: considerações teóricas. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 8-14, jan./dez. 1994.

RODRIGUES, M.; SERAFIM, L.; SILVA, E. A influência de Paulo Freire nas bibliotecas populares: uma análise sobre a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. **Educação Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 213-230, 2023.

ROSA, A. A dissolução do centro de documentação popular e a constituição da coleção CDP. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, [s. l.], v. 1, n. 39, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/2262>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TANUS, G. Biblioteconomia social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 4, p. 1-6, jun. 2023. Disponível em: <https://cienciainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/101>. Acesso em: 25 jul. 2024.

TANUS, G.; SILVA, D. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3, p. 1-28, 2019. DOI 10.21680/2447-0198.2019v3n0ID18371.